

RECONSTRUINDO HISTÓRIAS: UM ESTUDO SOBRE MULHERES PRETAS FORRAS COMO CHEFES DE FAMÍLIA E SEU LEGADO DE RESISTÊNCIA NO SÉCULO XVIII¹

Rafaela Sousa Vieira (bolsista)²,
Isnara Pereira Ivo (orientadora)³

RESUMO

No século XVIII, devido à intensa urbanização, emergiu uma sociedade complexa onde o distanciamento entre senhores e escravos se tornava menos pronunciado. Nesse contexto, as mulheres, especialmente as pretas forras, destacaram-se em diversas atividades e com sua força de trabalho, conseguiram acumular pecúlio e ascender socialmente.

O projeto analisa as trajetórias e sociabilidades de mulheres forras, durante o século XVIII. Usando de inventários, cartas e/ou ações de alforria, a presente pesquisa revela como essas mulheres negras libertas, emergiram como agentes sociais ativos, acumulando bem e conquistando sua liberdade. Frequentemente a narrativa tradicional limita mulheres a papéis subalternos, o trabalho busca desafiar tais afirmações ao mostrar suas estratégias de resistência e liberdade numa sociedade escravocrata.

Dialogando com a historiografia, revisando teorias e analisando leis, o estudo destaca o papel dessas mulheres na estruturação, manutenção de núcleos familiares chefiados pelas mesmas e utilização de mecanismos legais para assegurar sua liberdade, mostrando que a resistência cotidiana era a forma mais forte de subverter a opressão sistêmica da escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Ascensão, Liberdade;

Reconstructing Stories: A study of freed black women as heads of families and their legacy of resistance in the 18th century

ABSTRACT

In the 18th century, due to intense urbanization, a complex society emerged where the distance between masters and slaves became less pronounced. In this context, women, especially black women, stood out in various activities and with their workforce, managed to accumulate wealth and rise socially.

¹ Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro.

² Discente do curso de Licenciatura em História do DH/UESB. Bolsista da CNPq E-mail: 202010587@uesb.edu.br

³ Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação ProfHistória: Mestrado Profissional em Ensino de História- UESB. E-mail: naraivo@gmail.com

The project analyzes the trajectories and sociability of freed women during the 18th century. Using inventories, letters and/or manumission actions, this research reveals how these freed black women emerged as active social agents, accumulating wealth and conquering their freedom. Often the traditional narrative limits women to subordinate roles, the work seeks to challenge such statements by showing their strategies of resistance and freedom in a slave society.

Dialogue with historiography, reviewing theories and analyzing laws, the study highlights the role of these women in structuring and maintaining family units headed by them and using legal mechanisms to ensure their freedom, showing that daily resistance was the strongest way of subverting the systemic oppression of slavery.

KEYWORDS: Women, Rise, Freedom;

INTRODUÇÃO

Ligado às trajetórias de forras que saíram da situação de miséria e submissão, o estudo da estruturação da família escrava sempre me intrigou. Com o objetivo de romper a ideia de feminino como apenas sinônimo de cuidado do lar e filhos, autores como Brügger, Faria, Praxedes e Furtado formam a grande elite referencial nas pesquisas sobre mulheres forras e núcleos familiares. As distinções dessas mulheres estudadas eram marcadas por experiências pessoais, condições sociais, cores, trajetórias de vida e ocupações. Ao explorar essas múltiplas dimensões, Praxedes buscou oferecer uma compreensão mais profunda e nuançada das realidades enfrentadas por essas mulheres, destacando as particularidades que moldam suas vidas e estratégias de sobrevivência.

A presença feminina como chefe de domicílio, quando constatada, foi considerada como desvio da norma, como anomalia ou como característica dos lares de mulheres negras africanas escravizadas ou forras, bem como de mulheres mestiças e mulatas forras pobres e sem distinção social. (PRAXEDES, 2012, p.15)

Ao investigar a dinâmica dessas famílias, buscamos compreender os mecanismos que permitem a essas mulheres exercerem o papel central no núcleo familiar, explorando os desafios e as soluções encontradas no contexto histórico e social em que estão inseridas, buscando focar não apenas em eventos históricos pontuais, pois é no contexto do cotidiano que se constroem as relações familiares.

Em Minas Gerais, a descoberta do ouro foi um fator importante em uma sequência de mudanças, daí deu-se início a um longo processo, não de rompimento, mas de transformação do patriarcalismo. Samara (1999, p. 8) traz que a mineração faz

emergir uma nova forma de organização familiar, “a família mineira”, que agrega todas as gamas dos novos agrupamentos, inclusive as de casas com chefias femininas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Faria (2004, p.199) fala sobre a composição dos domicílios chefiados por mulheres forras, onde suas escravarias eram formadas majoritariamente por mulheres e do costume de deixar estas como suas herdeiras. A maioria da população alforriada nesse período, também eram mulheres, e a historiografia apresenta várias suposições sobre isso, a mais replicada é baseada nas relações de concubinato, Furtado (2007 p.501) em seus registros, descreve casos de relações de concubinato “estáveis e duradouras, que acabavam sendo informalmente aceitas”. Em outros modelos essas relações só se tornam públicas em seu leito ou em testamentos.

Essas mulheres forras dominavam o comércio, como vendedoras de rua e negras de tabuleiro, trabalhavam como fiandeiras, costureiras e tecedeiras, assim acumulavam bens para a compra de sua tão sonhada liberdade. Segundo pesquisas, forros enriquecidos quase nunca tinham herdeiros, que tinham de ser necessariamente filhos, pais, irmãos e parentes, cônjuges só entravam como herdeiro em caso de acordo pré-nupcial. Esses acordos significam segurança às mulheres, caso elas se separassem, pois “eram as mulheres que detinham o pecúlio significativo, quase sempre originário de seu próprio trabalho ou indústria” (FARIA, 2001, p.164).

Uma das principais fontes que podem ser analisadas para o estudo das famílias escravas são os inventários e testamentos. No inventário está contida toda a relação da vida do inventariado e seus bens minuciosamente descritos.

Além da revisão bibliográfica foram analisadas leis do século XVIII/XIX, para saber como elas se ampliaram e intervieram na manutenção da família escrava e do acesso à liberdade. A população escrava dispunha da justiça a fim de contestar a liberdade, como caso de Anna, que residia em São Geraldo, fora escrava do Tenente Coronel Diogo da Rocha Bastos, arrecadou o montante no valor de quatrocentos mil réis para o pagamento de sua liberdade. No processo de ação de liberdade, a libertanda requer a nomeação de um tutor para entrar com seu processo de liberdade. Findando o processo, o juiz aceita o pedido da requerente, avalia seu valor e despacha sua carta de alforria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das fontes bibliográficas e documentais, foi possível perceber como a trajetória das mulheres forras foi marcada por estratégias de mobilidade social e pela transformação das estruturas familiares tradicionais. As pesquisas de autoras como Brügger (2007), Samara (1999) e Faria (2004) revelam um cenário em que essas mulheres, muitas vezes chefes de suas próprias unidades familiares, conseguiram conquistar posições de destaque dentro de uma sociedade patriarcal e escravocrata.

Faria (1997), fala que em meados dos anos 50 é iniciado os estudos referentes à família. Muitos núcleos familiares eram liderados por mulheres e compostos por filhos, outros parentes e, muitas vezes, escravos, indicando a complexidade e a diversidade dessas estruturas.

Outro ponto relevante é o papel do casamento como uma estratégia de ascensão social e segurança, tanto para as mulheres forras quanto para a população escrava em geral. No entanto, o casamento não era uma condição fundamental para a constituição de uma família, conforme observado no grande número de mulheres solteiras com filhos.

Essas descobertas corroboram com a ideia de que as mulheres forras foram figuras centrais na luta pela conquista de sua liberdade, enfrentando as dificuldades impostas por um sistema social opressor e encontrando em brechas judiciais, formas de assegurar a sobrevivência e o bem-estar de seus entes queridos.

O estudo da trajetória de mulheres forras se mostra importante para compreensão da dinâmica social e relações de poder que vigoravam no sistema escravista. A partir disso, é possível entender como as mulheres negras, tanto escravizadas quanto forras, desempenharam papéis na estruturação e manutenção do núcleo familiar, como negociavam, como resistiram e se adaptaram às circunstâncias adversas.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

A pesquisa mostra mulheres que não apenas se libertavam do cativeiro, mas também acumulavam bens, investindo em escravos e propriedades como forma de ascensão social, mas apesar de muitas terem conseguido subir nessa escala, esse processo não foi predominante, uma parcela sequer tinha algo para atestar em inventários.

O casamento embora incentivado como estratégia econômica, não era algo que interessava as mulheres forras, já que frequentemente eram vistas como sozinhas, pela

ausência de um marido, Brügger completa dizendo, que estado civil dessas mulheres poderia está ligado aos “meios mais propícios para garantir sua sobrevivência ou que casamento fosse menos necessário para seus projetos de vida” (BRÜGGER, 2007, p. 82).

Levando em conta o que foi analisado, o estudo de mulheres forras no século XVIII revela uma rica tapeçaria de resistência e busca por liberdade em um contexto de opressão. As estratégias adotadas por essas mulheres, que desafiaram as normas patriarcais e foram capazes de manter seus lares, nos mostram que a luta pela emancipação não se resumiu a eventos históricos grandiosos, mas se passa no cotidiano, na negociação e no trabalho. É incrível analisar como essas, mesmo sendo coadjuvantes, escravizadas ou ex-escravizadas, em posição subalterna, conseguiram contornar as adversidades, não aceitando imposições e sendo, não apenas testemunhas de luta, mas exemplo de resistência ao sistema escravista.

Ainda assim, ao refletirmos sobre o papel e a participação de mulheres forras como resistência nas dinâmicas sociais do Brasil colonial, encontramos um vasto campo de conhecimento que necessita ser mais bem explorado.

A valorização e o estudo das trajetórias dessas mulheres não apenas reescrevem uma parte essencial da nossa história, elas também desafiaram as normas de suas épocas e promoveram um reconhecimento necessário às suas contribuições significativas para as transformações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. “Minas Patriarcal – família e sociedade (São João del Rey, séculos XVIII e XIX). Tese de Doutorado, apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – UFF – em 2002.
2. _____ Casamento E Concubinato: Uma Análise Dos Significados Das Práticas Matrimoniais Na América Portuguesa. História Unisinos , Rio Grande Do Sul, 2004.
3. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1869, Página 129 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).
4. FARIA, Sheila de Castro. Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

5. _____. Sinhas pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2001.
6. FURTADO, Junia Ferreira. Pérolas negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: FURTADO, Junia Ferreira (org.) Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as abordagens para uma história do Império Ultramarino português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
7. GUEDES, Roberto. Bibiana, Maria, Ana, Micaela Joaquina e outras escravas: estratégias de mobilidade social de mulheres cativas. Porto Feliz e Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX). In Revista Estudos de História. Franca, v. 9, n. 2, p. 255-279, 2000.
8. _____. Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.
9. IVO, Isnara Pereira. Escravidão, escravidão: negros e indígenas na ibero-américa (Séc. XVII – Séc XIX). Solimar Oliveira Lima; Rodrigo Caetano Silva. (Organizadores) - Teresina: EDUFPI, 2024. p.173
10. PAIVA, Eduardo França. Coartações, Alforrias e Escravidão Urbana na Capitania de Minas Gerais. Monografia de Bacharelado apresentada ao Depto. de História da UFMG, Belo Horizonte, 1989.
11. PRAXEDES, Vanda Lúcia. Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880). Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2008.
12. REIS, Isabel Cristina Ferreira. HISTÓRIAS DE VIDA FAMILIAR E AFETIVA DE ESCRAVOS NA BAHIA DO SÉCULO XIX. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto de História da Universidade Federal Da Bahia, Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas, Salvador, 1998.
13. SAMARA, E. M. FAMÍLIA E VIDA DOMÉSTICA NO BRASIL: DO ENGENHO AOS CAFEZAIS. 1. ed. SÃO PAULO: Humanitas, 1999. v. 1. 52p .

FONTES MANUSCRITAS:

Processo/Dossiê ALB72000011 - Ação de Liberdade de Escravo nº 72000011. Tribunal da Justiça De Minas Gerais. 1884-1886